

# Dívidas com unidades de saúde aumentam e MPE ajúza ação civil contra o Município

Juliana Moura

R\$ 6 milhões. E apesar de o Ministério Público do Estado (MPE) ter realizado na manhã de ontem, 15, uma audiência pública para tentar resolver o problema, não houve possibilidades de tratativas e o órgão entrará hoje, 16, com mais uma ação civil contra o Município.

Segundo Gilberto Santos, diretor do Hospital de Cirurgia, unidade que está com as cirurgias que são feitas através do Sistema Único de Saúde (SUS) suspensas desde a última segunda-feira, 13, por falta de repasse de verbas do Município, ele está obtendo dinheiro de convênios para

que não haja total desassistência no hospital. Porém, as dificuldades são grandes e há risco imediato de todas as atividades serem paralisadas. Ele informa que, em média, por dia, são realizadas 40 intervenções cirúrgicas na unidade.

"Estou obtendo verbas dos convênios para não fechar totalmente o hospital. O Município tem uma grande dívida com a unidade, referente a dezembro de 2013 e do ano de 2012 e do pouco mais de R\$ 6 milhões do débito total, só foi pago na última terça-feira cerca de R\$ 1 milhão e 520 mil. Mesmo com esse pequeno repasse não dá para pagar os salários dos funcionários e nem honrar os compromissos com os fornecedores. Então as cirurgias continuam canceladas e estamos correndo o risco de parar por completo os atendimentos", disse.

Outra área do Hospital de Cirurgia que também está sendo prejudicada com as dívidas do Município é a Oncologia da unidade. De acordo com Rossana Sales, representante da empresa que é responsável pelo setor do hospital, por mês existem 600 pacientes em tratamento e dois mil em seguimento, no entanto, devido aos débitos, funcionários não estão sendo pagos e não há verbas para a aquisição de mais medicamentos.

"Se o Município não faz o repasse ao Cirurgia, o hospital não tem condições de pagar a empresa. Por isso, os funcionários do setor de Oncologia estão sem receber seus salários e não há mais verba para comprar outros medicamentos. Também estamos correndo o risco de paralisar as atividades. Se isso acontecer, vários pacientes ficarão sem tratamento", afirma.

Já segundo Edilene Rocha, coordenadora financeira do Município, o Estado tem um débito com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de aproximadamente R\$ 19 milhões do Fundo Municipal de Saúde e sem essa verba não há como fazer o pagamento das dívidas. "A Secretaria vive também de repasses. Então, se as verbas não são transferidas para o órgão não temos como fazer o pagamento das dívidas com as unidades contratadas. Temos conhecimentos do débito com o Cirurgia referente a 2012, mas a de dezembro de 2013 o atraso do pagamento se deu por causa da demora do Ministério da Saúde em fazer o repasse da verba. Mas o Ministério fez o depósito na conta da Secretaria na última quarta-feira e já estamos fazendo a distribuição. Porém, não há data definida para quitarmos a dívida de 2012 com o Cirurgia que é de

R\$ 1.795.700,93, enquanto o Estado não pagar a Secretaria", declarou.

## • Demais débitos

E o Município também tem dívidas com o Hospital e Maternidade Santa Isabel e o Hospital do Coração. De acordo com o representante do Santa Isabel, que preferiu não ter seu nome divulgado, o débito com a unidade é referente a 2013, 2012, 2010 e 2011, chegando a R\$ 7.358.761,43.

"É uma dívida grande e sem o repasse de verbas do Município não há condições de manter o funcionamento do hospital. Não temos como comprar medicamentos e pagar os funcionários. Por enquanto ainda não suspendemos os serviços, mas as dificuldades são enormes e não descartamos a possibilidade de parar as atividades", disse.

No Hospital do Coração, disse o representante da unidade, Neverton Sales, a dívida é de R\$ 83.878,44. "O valor não é tão grande, comparando com o das outras instituições, mas há um impacto no hospital e já estamos começando a sentir os prejuízos no sistema. Assim como as demais unidades, esperamos que o Município honre com os seus compromissos", conta.

Quando aos dois hospitais, segundo a coordenadora financeira do Município, a Secretaria

reconhece a dívida com o Santa Isabel de R\$ 2.476.950,49, que é anterior ao ano de 2013, e com o Hospital do Coração. Contudo, não há planos para o pagamento dos dois débitos. "Reconhecemos as dívidas, mas como já foi dito, não há um planejamento para pagarmos os débitos enquanto o Estado não fizer o repasse do que deve a SMS. Não falta vontade de quitar todas as dívidas, mas infelizmente, diante da situação, está difícil", conclui Edilene Rocha.

## • Medida

Diante de dívidas e suspensão de serviços, a população continua sendo a mais prejudicada. Para a promotora de saúde do MPE, Evza Missano, a situação é grave, os habitantes de Aracaju e dos municípios sergipanos estão sendo atingidos e o órgão terá que entrar com mais uma ação contra o Município para que os repasses das verbas sejam feitos.

"É uma situação realmente grave e muito preocupante. O Município não está fazendo o repasse das verbas aos credores e o sistema está sofrendo. Fizemos a audiência e não houve tratativa, por isso, entramos com mais uma ação civil contra o Município e pediremos o bloqueio de contas para que as verbas sejam distribuídas", informa.

Correio de Sergipe • Aracaju  
quinta-feira • 16 de janeiro de 2014



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**  
**RECORTE DE JORNAIS**